

Demonstrações Contábeis

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

31 de dezembro de 2018 e 2017

Com Relatório do Auditor Independente
Sobre as Demonstrações Contábeis

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5D46-6163-E8DD-2EF1.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5D46-6163-E8DD-2EF1.

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



grupoaudisa



@grupo_audisa



audisa.consultores

15/abril/2019

Aos conselheiros e administradores da

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 da INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Atenciosamente,

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

rio.janeiro@grupoaudisa.com.br



grupoaudisa



@grupo_audisa



audisa.consultores

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4-6

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5D46-6163-E8DD-2EF1.

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

CNPJ. : 04.224.173/0001-44

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS****Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 “e” e nº 8, as despesas com depreciações dos bens do Ativo Imobilizado estão sendo reconhecidas através de taxas anuais fixadas pela legislação fiscal, ao invés de se tomarem como base o tempo de vida útil estimada daqueles bens conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. A Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de abril de 2018, que não conteve modificação.

SÃO PAULOAlameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

PORTO ALEGREAV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa audisa.consultores

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157

13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa consultores

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 15 de abril de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5D46-6163-E8DD-2EF1.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5D46-6163-E8DD-2EF1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5D46-6163-E8DD-2EF1



Hash do Documento

428307DBD94B34CEF35DD136F5D09B1D030B53BC2FC18F5A2BDD02DA768F501C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/05/2019 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 27/05/2019 12:38 UTC-03:00


Tipo: Certificado Digital



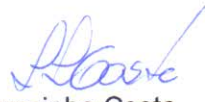
INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Relatório de Social

Exercício 2018



Adriano Tanganeli
Diretor Presidente
CPF: 124.403.498-36





Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em Reais

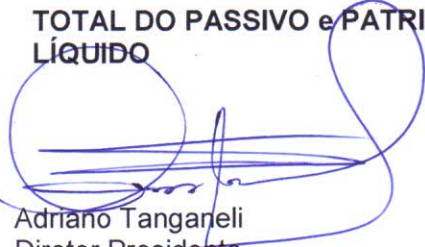
<u>ATIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e Bancos – Recursos sem restrição		295.696,20	90.739,90
Bancos – recursos com restrição		-	-
Fundo de reserva – recursos sem restrição	5	24.265.207,46	28.645.212,59
Fundo de reserva – recursos com restrição	19	601.233,36	160.275,48
Contas a receber	6	8.073.922,07	2.518.339,98
Adiantamentos a fornecedores		-	41.580,87
Outros Adiantamentos	7	1.056.288,98	1.306.857,84
Total do Circulante		34.292.348,07	32.763.006,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Outras vinculações	9	1.400.000,00	1.400.000,00
Total do Realizável a Longo Prazo		1.400.000,00	1.400.000,00
Imobilizado	8	26.969.908,99	27.464.424,88
Intangível		78.332,68	84.647,48
Total do Ativo Não Circulante		28.448.241,67	28.949.072,76
TOTAL DO ATIVO		62.740.589,74	61.712.079,02


Adriano Tanganeli
Diretor Presidente
CPF.: 124.403.498-36



Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIABalanças Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em Reais

PASSIVO	Nota Explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores a pagar		220.329,31	517.975,14
Fornecedores a pagar II	10	271.443,08	-
Obrigações Trabalhistas	11	1.176.220,13	260.499,76
Obrigações Tributárias		140.765,11	132.166,56
Provisão de férias e encargos		1.082.104,71	1.193.445,18
Provisão para subvenções		6.431.913,24	-
Provisão para Contingências	12	-	6.757.077,09
Cheques a compensar		647,46	3.307,88
Cartão de Crédito		1.658,16	-
Contas a pagar		17.974,12	36.980,40
Total do Circulante		9.343.055,32	8.901.452,01
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingência Trabalhista		318.333,33	
Provisão para contingência de ICMS		3.430.745,81	
Total do Não Circulante	12	3.749.079,14	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		49.648.455,28	52.810.627,01
Total do Patrimônio Líquido	13	49.648.455,28	52.810.627,01
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.740.589,74	61.712.079,02



Adriano Tangarelli
Diretor Presidente
CPF.: 124.403.498-36




Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIADemonstração do Resultado dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 CONSOLIDADO
Em Reais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		50.313.064,34	51.878.659,07
Receitas de atividades assistenciais - Recursos Públicos		6.555.081,94	6.202.852,28
Subvenções e auxílios - Convênios		6.459.055,70	6.122.047,95
Serviços voluntariados	18	96.026,24	80.804,33
Receitas de atividades assistenciais		43.757.982,40	45.675.806,79
Doações		447.819,50	449.406,46
Captação Recursos Atividades Sustentáveis		37.639.524,27	41.418.547,71
Receita com eventos		306.853,12	100.956,34
Descontos Obtidos		24.002,23	11.464,44
Rendas de Aplicação Financeira		1.805.846,72	3.695.431,84
Recuperação de despesa		1.506.377,43	-
Reversão de processo trabalhista		2.027.559,13	-
DESPESAS OPERACIONAIS	14	53.475.236,07	61.062.740,36
Despesas Assistenciais -Recursos Públicos*		6.224.770,07	6.007.964,81
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		5.737.760,96	5.172.221,08
Material de escritório e pedagógico		476.780,07	829.294,69
Despesas Gerais		10.229,04	6.449,04
Despesas Recursos Próprios		47.250.466,00	55.054.775,55
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		28.456.480,69	33.595.785,49
Serviços Prestados por terceiros		3.856.254,56	3.391.163,80
Despesas Gerais e Administrativas		13.626.916,62	16.172.983,88
Trabalho Voluntário	18	96.026,24	80.804,33
Depreciações		650.485,08	590.729,03
Provisões		538.074,45	1.201.588,45
Amortização		26.228,36	21.720,57
DÉFICT DO EXERCÍCIO	20	-3.162.171,73	-9.184.081,29



Adriano Tanganeli
Diretor Presidente
CPF. 124.403.498-36



Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Demonstração do Resultado dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ANALÍTICO

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS**R E C E I T A S**

	Nota Explicativa	2018	2017
Receitas Ordinárias			
Subvenção Municipal - SCAS Convênio 263/2015	15	556.773,47	607.389,24
Subvenção Municipal-Secretaria Educação Unid 1 Convênio 254/2013	15	3.770.964,00	2.915.729,98
Subvenção Municipal - Educação Unid 3 Convênio 234/2016	15	2.053.560,00	1.472.189,49
Subvenção Municipal - Educação Unid 4 Convênio 235/2016			1.126.739,24
Subvenção Municipal - Fumcad Mogi		77.758,23	0,00
Contribuição de Cooperadores		0,00	1.560,00
Doações em Dinheiro PF		235.700,02	176.878,80
Doações em Dinheiro PJ		12.126,98	19.447,02
Doações em Espécie PF			944,00
Doações em Espécie PJ		192.875,12	243.644,24
Captação Recursos Atividades Sustentáveis		37.639.524,27	41.418.547,71
Receita com eventos		31.653,40	31.676,90
Trabalho Voluntário	18	96.026,24	80.804,33
Receitas Patrimoniais			
Descontos Obtidos		24.002,23	11.464,44
Rendas de Aplicação Financeira		1.805.846,72	3.695.431,84
Receitas Extraordinárias			
Receitas Diversas		282.317,10	76.211,84
Recuperação de despesa		1.506.377,43	0,00
Reversão de processo trabalhista		2.027.559,13	0,00
Total da Receita		<u>50.313.064,34</u>	<u>51.878.659,07</u>

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIADemonstração do Resultado dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ANALÍTICO
Em Reais**DESPESAS****ASSISTÊNCIA SOCIAL - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- Criança e Adolescente**

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas SCFV Convênio SCAS N° 263/2015 -Recursos Públicos		637.961,39	614.864,39
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		590.406,07	576.878,88
Material de escritório		32.628,32	36.542,81
Material Pedagógico		12.224,10	0,00
Despesas Gerais		2.702,90	1.442,70
Despesas SCFV - Recursos Próprios		5.806.866,95	4.461.716,86
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		4.003.136,19	2.433.317,03
Água e Luz		67.928,19	85.133,05
Assessoria Técnica		0,00	2.500,00
Auxílio a Família		64.187,52	48.766,86
Auxílio Pecuniário aos Assistidos		0,00	4.726,00
Benfeitorias e Cons. Prédios e Instal		83.181,54	166.317,31
Conduções e Viagens		34.030,00	245.141,20
Despesas Gerais		7.315,08	11.271,98
Distribuição de Gêneros Alimentícios		57.497,50	182.889,39
Doação para Entidades Congêneres		156.753,89	157.498,20
Formação Profissional		2.505,96	3.923,08
Gás Liquefeito		72.359,56	108.244,20
Gêneros Alimentícios		505.537,66	529.470,01
Material de escritório		32.222,86	35.329,59
Materiais e Gastos de Higiene e Limpeza		34.460,61	72.349,52
Material de Copa e Cozinha		4.586,33	902,30
Material Pedagógico		104.665,02	148.932,29
Seguros diversos		5.597,41	0,00
Serviço de Limpeza Terceirizada		562.296,79	218.418,07
Telefone		8.604,84	6.586,78
TOTAL PROGRAMA ASSISTÊNCIA SOCIAL		6.444.828,34	5.076.581,25


INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIADemonstração do Resultado dos Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ANALÍTICO
Em Reais**EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)**


	Nota Explicativa	2018	2017
TOTAL DESPESAS EDUCAÇÃO - RECURSOS PÚBLICOS		5.586.808,68	5.393.100,42
Unidade I Convênio 254/2013		3.549.489,92	1.339.420,60
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		3.332.637,06	1.335.497,00
Material de escritório		21.036,02	0,00
Material Pedagógico		129.106,72	0,00
Materiais e Gastos de Higiene e Limpeza		54.863,86	0,00
Benfeitoria e Conserv. Do Prédio e Instalações		6.785,02	0,00
Despesas Gerais		5.061,24	3.923,60
Unidade III - Convênio 234/2016		1.959.560,53	2.922.253,87
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		1.736.959,60	2.513.376,30
Despesas Gerais		2.464,90	0,00
Material Pedagógico		116.451,86	380.940,36
Material de Escritório		2.165,33	27.937,21
Materiais e Gastos de Higiene e Limpeza		101.518,84	0,00
Unidade IV - Convênio 235/2016		0,00	1.131.425,95
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		0,00	746.468,90
Despesas Gerais		0,00	1.082,74
Material Pedagógico		0,00	383.874,31
Unidade V - Termo de Fomento		77.758,23	0,00
Ordenados e extras		77.758,23	0,00
TOTAL DESPESAS EDUCAÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS		13.723.246,80	21.291.884,05
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		7.956.019,49	14.344.951,59
Água e Luz		371.004,56	391.786,22
Benfeitorias e Conservação do Prédio e Instalações		1.328.665,77	2.497.188,26
Combustível e desp. Com veículos		41.710,86	46.500,31
Conduções e Viagens		97.482,12	271.612,18
Despesas Gerais		22.793,17	163.008,23
Despesas Legais		14.458,12	588,68
Devolução de bens em comodato		160.774,32	0,00
Gás Liquefeito		260.196,22	301.655,95
Gêneros Alimentícios		1.473.446,61	1.686.479,66
Locação de instalações		16.985,66	18.000,00
Materiais de Copa e Cozinha		175.290,67	105.787,75
Material de Escritório		52.911,01	26.839,98
Materiais e Gastos de Higiene e Limpeza		296.092,99	444.699,07
Material Pedagógico		426.899,37	384.566,66
Rouparia e Calçados		57.387,82	199.088,67
Seguros Diversos		12.855,97	0,00
Serviços de Limpeza Terceirizada		885.637,51	338.187,73
Telefone		72.634,56	70.943,11
TOTAL PROGRAMA EDUCAÇÃO		19.310.055,48	26.684.984,47

DESPESAS GERAIS

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Depto Atividades Sustentáveis		25.443.193,43	26.310.099,09
Despesas com Pessoal (salário, encargos e benefícios)		16.467.262,94	16.813.593,79
Água e Luz		179.615,22	175.957,10
Benfeitorias e Conservação do Prédio		118.382,58	148.467,48
Comissões da Telefônica		4.084.433,07	4.508.842,82
Contestações		17.020,38	28.543,08
Correios e Telégrafos		657.860,20	793.864,62
Despesas Gerais		35.041,36	6.660,68
Gás Liquefeito		101.334,92	118.747,54
Gêneros Alimentícios		477.280,61	513.136,15
Juros e desp. Bancárias		177.449,26	256.115,26
Materiais de Escritório		55.732,26	57.980,31
Materiais de Copa e Cozinha		162,61	0,00
Materiais e Gastos de Higiene Pessoal e Limpeza		8.938,63	44.325,81
Propaganda e Marketing		166.369,31	421.957,12
Serviço de Informática de Terceiros		607.383,18	532.565,21
Serviço de Limpeza de terceiros		464.345,95	130.479,11
Serviço de Vigilância		5.539,23	5.993,16
Telefones		1.819.041,72	1.752.869,85
		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Administrativas Gerais		845.097,91	913.443,46
Despesas Legais		1.473,34	4.237,53
Despesas Gerais		19.612,62	30.609,14
Despesas e Gastos de escritório		98.225,48	153.243,07
Seguros Diversos		143.702,68	149.399,06
Juros e Custos financeiros		4.823,66	15.896,99
Honorários Advocatícios		136.398,89	137.635,82
Combustíveis		71.032,68	103.113,49
Honorários de Auditoria		4.620,23	14.723,10
Projetos e Construções - Assessoria		90.674,95	80.854,19
Assessoria Fiscal, Contábil e Pessoal		39.588,00	53.686,00
Serviço de Informática de Terceiros		138.058,20	140.666,29
Serviços de Segurança		0,00	2.880,00
Despesa com Equipamento de Insumos		0,00	20.347,50
Despesas Academia		0,00	6.151,28
Despesas com terreno - Unidade Rio de Janeiro		27.556,11	86.890,93
Devolução de Subvenções		69.331,07	0,00
		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Financeiras		121.246,78	182.789,71
Despesas bancárias		65.902,95	85.076,81
Impostos e taxas		55.300,63	79.412,18
Outras perdas		43,20	18.300,72

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com Trabalho Voluntário		96.026,24	80.804,33
Trabalho Voluntário	18	96.026,24	80.804,33
Depreciações		650.485,08	590.729,03
Provisões		538.074,45	1.201.588,45
Provisão para contingência trabalhista		321.483,33	922.128,54
Provisão para contingencia ICMS		216.591,12	177.699,76
Provisão para Pis			101.760,15
Amortização		26.228,36	21.720,57
Amortização de licença de suo de software		26.228,36	21.720,57
TOTAL DAS DESPESAS	14	53.475.236,07	61.062.740,36

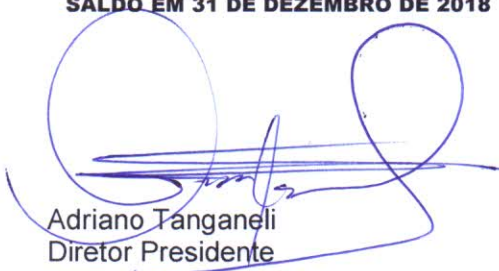

 Adriano Tanganeli
 Diretor Presidente
 CPF: 124.403.498-36



 Iza Terezinha Costa
 Contadora
 CRC: 1SP198120/O-4
 CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em Reais

	Patrimônio social	Outras Reservas	Superávit (Déficit) Acumulado	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	61.994.708,30	-	-	61.994.708,30
Ajustes patrimoniais				-
Déficit do período			(9.184.081,29)	(9.184.081,29)
Recursos de superávit com restrição				-
Incorporação ao Patrimônio Social	(9.184.081,29)		9.184.081,29	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	52.810.627,01	-	-	52.810.627,01
Ajustes patrimoniais				-
Déficit do período			(3.162.172,73)	(3.162.172,73)
Recursos de superávit com restrição				-
Incorporação ao Patrimônio Social	(3.162.172,73)		3.162.172,73	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	49.648.455,28	-	-	49.648.455,28

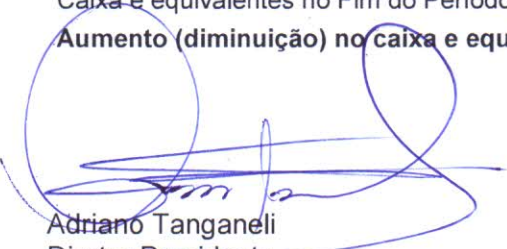

Adriano Tanganeli
Diretor Presidente
CPF.: 124.403.498-36



Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2.018	2.017
Superávit (déficit) do período	-3.162.172,73	-9.184.081,39
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	676.713,44	569.098,71
Baixas Intangível		15.476,81
Redução (aumento) do ativo		
Fundo de reserva – recursos com restrição	-440.958,36	-160.275,00
Contas a receber	-5.555.582,07	-431.715,66
Adiantamentos a fornecedores	41.581,00	558.652,82
Outros Adiantamentos	250.569,02	-614.869,92
Realizável a longo prazo		
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores a pagar	-297.645,79	37.009,37
Fornecedor a pagar II	271.443,08	0,00
Obrigações Trabalhistas	915.720,13	15.941,03
Obrigações Tributárias	8.598,11	26.345,14
Provisão de férias e encargos	-111.340,29	-538.543,12
Provisão para Subvenções	6.431.912,88	0,00
Provisão para Contingências	-6.757.077,00	1.198.421,22
Contas a pagar	-20.008,26	-465.501,96
Provisão para contingência ICMS	3.430.746,88	
Provisão para contingência Trabalhista	318.333,63	
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	-3.999.166,33	-8.974.132,01
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de Ativos Imobilizados e Intangíveis	-175.882,00	5.669.640,37
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	-175.882,00	5.669.640,37
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-4.175.048,33	14.643.772,36
Caixa e equivalentes no Início do Período	28.735.951,03	43.379.724,12
Caixa e equivalentes no Fim do Período	24.560.904,22	28.735.952,36
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-4.175.048,33	14.643.772,36


Adriano Tanganeli
Diretor Presidente
CPF. 124.403.498-36


Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR DE MARIA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em Reais

1. Contexto Operacional

A Instituição Beneficente Lar de Maria, fundada em 1963, é uma Sociedade Civil de natureza e finalidades filantrópicas de caráter geral, sem fins lucrativos, com sede e foro em Santo André, Estado de São Paulo.

Os objetivos da Instituição são:

- Atender a famílias, crianças e adolescentes carentes da região de Santo André;
- Normalizar a vida prática, sensorial, iniciação a linguagem, ciências e pesquisas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade;
- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- c) **Fundo de Reserva:** Os Fundos de Reserva são os recursos aplicados e registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização;
- d) **Ativos circulantes e não circulantes. – Contas a receber** - As contas a receber são registradas pelo valor contratado;
- e) **Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 8. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- f) **Intangível** – com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico
- g) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- h) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- i) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- j) **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- k) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- l) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

m) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. FUNDO DE RESERVA – SEM RESTRIÇÃO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco do Brasil	3.185.979,02	6.488.530,87
Banco Santander	-	1.571.042,88
Banco Bradesco	1.172.245,72	1.887.373,98
Caixa Econômica Federal	19.906.982,72	18.698.263,86
Total	<u>24.265.207,46</u>	<u>28.645.211,59</u>

O Fundo de Reserva são recursos destinados para investimentos futuros de ampliação física das unidades de atendimento, construções, reformas e aquisições de bens do ativo imobilizado. Adicionalmente o fundo poderá ser utilizado para cobrir eventuais custos e perdas futuras.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber	1.642.008,83	2.518.339,98
Subvenções a receber	6.431.913,24	-
Total	<u>8.073.922,07</u>	<u>2.518.339,98</u>

Subvenções a receber:

Secretaria da Educação – Prefeitura de Santo André Termo de Colaboração nº 212/2018 e nº 222/2018.

Secretaria de Cidadania e Assistência Social Convênio nº 263/2015 – Termo aditivo nº 220/2018.

7. OUTROS ADIANTAMENTOS

Agrupamento realizado pelas contas contábeis: Adiantamento de férias a classificar, empréstimos a entidades congêneres, empréstimos e bens em comodato

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento de férias a classificar	792.640,19	794.722,31
Empréstimos a entidades congêneres	20.000,00	20.000,00
Empréstimos	243.648,79	331.361,21
Bens em comodato	0,00	160.774,32
Total Outros Adiantamentos	<u>1.056.288,98</u>	<u>1.306.857,84</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de deprec. %	2018			2017
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos		9.044.262,62	-	9.044.262,62	9.044.262,62
Edificações	4%	17.949.125,58	(2.310.510,76)	15.638.614,82	15.906.322,47
Móveis e utensílios	10%	1.405.298,36	(744.619,44)	660.678,92	716.228,77
Máquinas e Equipamentos	10%	2.809.640,46	(1.753.925,08)	1.055.715,38	1.136.853,23
Veículos	20%	261.580,00	(178.411,33)	83.168,67	133.134,66
Instalações Diversas	10%	133.075,72	(122.358,43)	10.717,29	11.503,47
Equipamentos de informática	20%	1.337.542,30	(896.784,35)	440.757,95	475.909,85
Instrumentos musicais	10%	7.669,51	(766,90)	6.902,61	7.669,00
Equipamentos Academia	10%	34.496,28	(5.405,37)	29.090,91	32.540,53
Imobilizado em andamento		-	-	-	-
		32.982.690,83	(6.012.781,66)	26.969.909,18	27.464.424,60

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2018	2017
Títulos de capitalização	1.400.000	1.400.000
Total	1.400.000	1.400.000

Os rendimentos e receitas financeiras desses títulos, serão auferidos no momento de seu resgate

10. FORNECEDORES A PAGAR II

Prestadora de Serviço TELEFONICA - Há algumas contas do final do exercício de 2018, cujos valores foram contestados, porém, sem definição até o encerramento do referido do exercício.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Ordenados a pagar	695.073,06	-
Previdência Social	200.967,42	221.122,31
FGTS	236.998,55	-
Contribuição Sindical a Recolher	2.680,53	8.900,07
Outras obrigações	40.502,00	30.478,09
Total	1.176.221,56	260.500,47

12. PROVISÃO PASSIVOS CONTINGENTES (RESOLUÇÃO CFC NO. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC N° 1.180/09 e com respaldo da Assessoria Jurídica, os processos judiciais que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, no qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	318.333,33	2.043.464,00
Cíveis	-	-
ICMS sobre serviços de comunicação (a)	3.430.745,81	3.214.154,69
PIS sobre folha de salários (b)	-	1.499.458,41
Total	<u>3.749.079,14</u>	<u>6.757.077,10</u>

- a) O art. 150, inciso VI, letra "c" da Constituição Federal, determina que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.
- b) A entidade obteve êxito na ação de inconstitucionalidade de cobrança do PIS, tramitada em julgado em 25/05/17, através do processo n.º 0000711-57.2008.4.03.6126 da 2.ª Vara Cível da Justiça Federal de Santo André.

A Entidade possui processos tributários e trabalhistas em andamento que envolve responsabilidades contingentes. As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas prováveis para causas trabalhistas, e conservadorismo para o ICMS.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do déficit do período.

14. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

A Entidade utiliza integralmente seus recursos em atividades gratuitas. As gratuidades concedidas através de seus Programas Educacional e Sócio Educativo estão demonstradas nas tabelas abaixo:

Atendimentos realizados	Período 2018		Período 2017	
	Qtde	%	Qtde	%
Custeados 100 % com recursos próprios	150	11,01%	270	17,25%
Custeados parcialmente com recursos públicos e recursos próprios	1212	88,99%	1296	82,75%
Total Geral	1362	100%	1566	100%

Recursos financeiros utilizados para a realização de todas as atividades: Educacional, Socioeducativo e Sustentabilidade	Período 2018		Período 2017	
	Valor	%	Valor	%
Despesas com recursos próprios	R\$ 47.250.466,00	88,36%	R\$ 55.054.775,55	90,17%
Despesas com recursos públicos	R\$ 6.224.770,07	11,64%	R\$ 6.007.964,81	9,83%
Total Geral	R\$ 53.475.236,07	100%	R\$ 61.062.740,36	100%

As gratuidades foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, Inciso II da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 (alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/14), conforme explicação abaixo:

a) Área da Educação

No programa de Educação Infantil, a Instituição detém capacidade para atender 982 crianças em creche e pré-escola, na faixa etária de 04 (quatro) meses a 05 (cinco) anos e 07 (sete) meses de idade.

O programa assegurou atendimento educacional e social dentro do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em especial nos artigos 4º, 29, 30 e 31, e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em especial nos artigos 3º, 4º, 5º, 17, 18, 53, 58 e 70, bem como nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação infantil – RCNEI, promoveu o cumprimento de todas as deliberações, legislações e normativas que tratem da Educação Básica, inclusive na Deliberação do CME nº 001/2011.

Em 2018 o programa atendeu na totalidade de sua capacidade, ou seja, foram atendidas as 982 crianças. O atendimento ocorreu em total conformidade com o que preceitua a Lei 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/14), pois todos os atendimentos realizados em 2018 foram ofertados com 100% de gratuidade às crianças, cujas famílias preencheram os requisitos necessários do perfil sócio econômico estabelecidos em legislação.

Os custos com o programa de educação infantil foram suportados pela Instituição por meio de recursos humanos e financeiros próprios, dos doativos obtidos de pessoas físicas e jurídicas, de seus bens patrimoniais e de auxílios/subvenções e convênio celebrado com a Prefeitura de Santo André, através da Secretaria de Educação.

Na distribuição de atendimentos, os recursos governamentais não remuneram alguns custos como: alimentação, vestuário, medicamentos, recreações e outros custos. Demais custos como: material pedagógico, material de consumo, salários, transporte e outros, são pagos com recursos governamentais apenas parcialmente, sendo que o total de custos incorridos são complementados por recursos próprios.

b. Área da Assistência Social

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Criança e Adolescente

Atendimento a 380 (trezentos e oitenta) crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade. Foram priorizadas às encaminhadas pelos serviços da proteção social básica (CRAS) e proteção social especial (CREAS). A Instituição ofertou a totalidade de sua capacidade que foi de 380 vagas, em caráter contínuo e gratuito, sem qualquer distinção, cumprindo a determinação da Lei 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/14), seção III para atividades assistenciais. Os serviços sócios assistenciais prestados em 2018 às 380 crianças e adolescentes foram ofertados com 100% de gratuidade, em regime de meio período, sempre ao período oposto ao escolar. Os custos com o serviço foram suportados pela Instituição por meio de recursos humanos e financeiros próprios, dos donativos obtidos de pessoas físicas e jurídicas, de seus bens patrimoniais e de auxílio e convênio celebrado com a Prefeitura de Santo André, através da Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

15. SUBVENÇÕES RECEBIDAS – GOVERNAMENTAIS – RECURSOS DE APLICAÇÃO RESTRITA – RESOLUÇÃO CFC NO. 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade recebeu no decorrer do exercício as seguintes subvenções do Poder Público:

Órgão Público	Programa / Serviço	Responsabilidades Decorrentes	2018	2017
Prefeitura de Santo André. Secretaria da Educação	Educação Infantil. Atendimento a 557 crianças. Unidade 1	A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania além de fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A educação infantil, 1. ^a etapa da educação básica tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até os 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.	3.770.964,00	2.915.730,00

Prefeitura de Santo André. Secretaria da Educação	Educação Infantil. Atendimento a 305 crianças. Unidade 3	A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania além de fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A educação infantil, 1. ^a etapa da educação básica tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até os 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.	2.053.560,00	1.472.189,00
Prefeitura de Santo André. Secretaria de Cidadania e Assistência Social	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Atendimento a 150 crianças e adolescentes. Unidade 1 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Atendimento a 200 crianças e adolescentes. Unidade 2	Ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, tendo como objetivo a constituição de espaço de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e autonomia das crianças e adolescentes, em situação de risco ou vulnerabilidade social, a partir dos interesses, demandas e potencialidades desta faixa etária.	556.773,00	607.389,00

16. APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

17. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

A Entidade está com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em análise do triênio 2016/2017/2018, no Ministério da Educação, conforme processo nº 23.000.039.868.2018.00, requerimento protocolado em 10.12.2018, no qual usufrui da Isenção Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o artigo 8º. do Decreto No. 8.242/14.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/14), a Entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante do período que não é recolhido.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS cota patronal	5.180.161,69	5.817.659,17
INSS RAT	252.802,03	296.583,64
INSS terceiros	1.154.799,16	1.347.184,58
ISS	2.687.191,22	2.593.933,02
PIS sobre receitas		337.211,21
COFINS sobre receitas	1.297.459,00	1.556.360,02
Total	<u>10.572.413,10</u>	<u>11.948.931,64</u>

18. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme resolução 1.409 – ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, no item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e déficit.

De acordo com a resolução acima citada, o montante desse serviço em 2018 corresponde a R\$ 96.026,24 (noventa e seis mil, vinte e seis reais e vinte e quatro centavos).

19. RECURSOS COM APLICAÇÃO RESTRITA

De acordo com a Resolução CFC Nº 1409/12 Conselho Federal de Contabilidade em seu item 27 letra “d”, no exercício de 2018 a Entidade teve recursos com aplicação restrita previsto em plano de trabalho do Termo de Convênio nº 253/2013, aditivo nº 193/2017, Termo de Convênio nº 234/2016, aditivo nº 184/2017 com a Prefeitura de Santo André através da Secretaria da Educação e Termo de Convênio nº 263/2015, aditivo nº 167/2017 com a Prefeitura de Santo André através da Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

20. DO RESULTADO DO PERÍODO

O déficit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

21. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

- Intangível

22. SEGUROS

A Instituição Beneficente Lar de Maria mantém apólices de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais.

23. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

24. FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A Entidade é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

25. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Entidade é de caráter educacional e assistencial, com preponderância na Educação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

26. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 4º do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 38º do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.40º do Estatuto Social).

Q P

27. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Instituição Beneficente Lar de Maria é uma entidade de caráter educacional e assistencial com preponderância na área da Educação (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/14), cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 4º do Estatuto Social);
- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 38º do Estatuto Social);
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 4º do Estatuto Social);
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 35º do Estatuto Social);
- consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07 (arts. 1º, 2º, 3º § único e 5º do Estatuto Social)

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

9 6

28. RELATÓRIO SOCIAL – 2018

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias, acompanhados desse Relatório, submetemos à Assembleia Geral e aos demais interessados, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31/12/2018, acompanhadas do Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

De início, entendemos que para compreender o cenário social em que a IBLM desenvolveu seus Programas e aplicou seus recursos em 2018, faz-se necessário contextualizar a realidade social de nosso país, posto que nosso atendimento está intimamente ligado com a conjuntura Global e Local.

Em 2017, o IBGE pesquisou o mercado de trabalho, a educação, a moradia e a distribuição de renda, tendo em vista configurar uma espécie de fotografia sobre a qualidade de vida dos brasileiros. Essas pesquisas comprovaram que o número de cidadãos em situação de pobreza e de extrema pobreza naquele ano aumentou e significativamente salientando ainda que a pobreza cresceu e que o Brasil, ainda é um país profundamente desigual. Neste sentido, o estudo revelou que entre 2016 e 2017, a proporção de pessoas pobres no Brasil subia de 25,7% para 26,5% da população, o que significava um aumento de dois milhões de pessoas com agravo social. Desse modo, calculava-se quase 55 milhões de brasileiros passando por todo tipo de privação e bem sabemos que essa situação, no mínimo, ainda não se reverteu.

De outro lado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, divulgado pela ONU, em 2018, era de 0,759. Nesse documento, nosso país ocupou a 79ª posição, logo atrás da Venezuela, dentre um conjunto de 189 economias. Ademais apontava que a educação no Brasil permanecia estagnada pelo segundo ano consecutivo no ranking de bem-estar estipulado pela ONU.

Reafirmando a situação acima, dados do IDEB (2018) sobre a Educação Brasileira demonstraram que o sistema de educação pública paulista ocupou o 4º lugar no ranking de suas pesquisas, atrás de Goiás, Espírito Santo e Pernambuco, e ao lado de Ceará e Rondônia. O cenário é pior em relação à edição anterior do IDEB de 2015, quando São Paulo aparecia no topo, juntamente com Pernambuco.

No que diz respeito a emprego e renda, de acordo com a taxa de desemprego divulgada pelo IBGE (2018) o país tinha 13 milhões de desocupados. O número de trabalhadores sem carteira assinada, entretanto, atingiu 11 milhões de pessoas, o que representava um aumento de 2,6% em relação ao ano de 2016.

Dado a situação aqui exposta e que dia-a-dia bate a nossa porta, o cenário social acima descrito reflete nas condições das famílias atendidas pela nossa Instituição, bem como responde as dificuldades enfrentadas pela IBLM para garantir espaço de educação, formação e cidadania e, sobremaneira, o esforço para arrecadar recursos frente aos colaboradores e cobrir o déficit das despesas, a fim de dar conta da demanda que atendemos e que se encontram vulnerabilidades e invisíveis socialmente.

Esta situação, da mesma maneira que em 2017, responde porque nosso Departamento de Arrecadação (Telemarketing), que representa nossa atividade-meio na busca da sustentabilidade ao nosso trabalho, aponta para um decréscimo em sua arrecadação, embora fosse seu desempenho quem ainda nos permitiu em 2018, por meio de sua atividade e também do acesso a reserva, dar seguimento a nossa proposta.

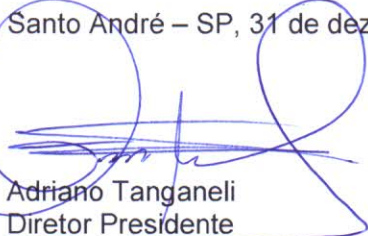
Mesmo diante das dificuldades aqui elencadas, cumprindo com o estatuto e, sobretudo, de acordo com, a LDB 9394/96 e suas normativas, além das exigências do convenio com a municipalidade, a proposta educacional da IBLM sedimentada no cuidar, brincar e educar, em 2018, não mediu esforços para garantir uma educação infantil que respeitasse a criança em sua integralidade e com certeza, manteve a qualidade em seu atendimento diário que vai, desde a alimentação, cuidados com a higiene e formação biopsicossocial de cada criança.

Salienta-se aqui que educar crianças e famílias que trazem consigo vulnerabilidade de proteção básica e de média complexidade e ainda, atender crianças em situação de acolhimento porque acabaram por necessitar da Proteção Social Especial, tem sido uma tarefa complexa que nos exigiu interdisciplinaridade, rede, compromisso e resiliência. Registra-se nesse pensamento o aumento da pobreza de um lado e a escassez de recursos do outro, fatores que nos exigiu criatividade e empenho para que a eficiência e a eficácia estivessem presentes na distribuição dos recursos para os diferentes projetos que desenvolvemos.

Diante do exposto, embora com a denotada preocupação financeira, acabamos o exercício de 2018 registrando 982 atendimentos na Educação Infantil, nossa área de preponderância frente ao CEBAS, 380 crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 82 (oitenta e duas) mulheres da Comunidade rural onde se localiza a Unidade 5 – Mogi Guaçu, voltados ao atendimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Para tanto, contamos em 2018 com 412 colaboradores diretos devidamente contratados e com a formação exigida em lei (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, educadores físicos, educadores sociais, nutricionistas, outros técnicos administrativos e pessoal de apoio), para atuar com a Educação Infantil e a Assistência Social – SCFV, na intenção de manter a qualidade dos nossos serviços.

Santo André – SP, 31 de dezembro de 2018.



Adriano Tanganeli
Diretor Presidente
CPF.: 124.403.498-36



Iza Terezinha Costa
Contadora
CRC: 1SP198120/O-4
CPF: 268.000.476-00